

Questão 06

Para responder às questões de 02 a 06, leia o trecho de uma carta enviada por Antônio Vieira ao rei D. João IV em 4 de abril de 1654.

No fim da carta de que V. M.¹ me fez mercê me manda V. M. diga meu parecer sobre a conveniência de haver neste estado ou dois capitães-mores ou um só governador.

Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos; mas por obedecer direi toscamente o que me parece.

Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem que um. Sendo propostos a Catão dois cidadãos romanos para o provimento de duas praças, respondeu que ambos lhe descontentavam: um porque nada tinha, outro porque nada lhe bastava. Tais são os dois capitães-mores em que se repartiu este governo: Baltasar de Sousa não tem nada, Inácio do Rego não lhe basta nada; e eu não sei qual é maior tentação, se a 1, se a 2. Tudo quanto há na capitania do Pará, tirando as terras, não vale 10 mil cruzados, como é notório, e desta terra há-de tirar Inácio do Rego mais de 100 mil cruzados em três anos, segundo se lhe vão logrando bem as indústrias.

Tudo isto sai do sangue e do suor dos tristes índios, aos quais trata como tão escravos seus, que nenhum tem liberdade nem para deixar de servir a ele nem para poder servir a outrem; o que, além da injustiça que se faz aos índios, é ocasião de padecerem muitas necessidades os portugueses e de perecerem os pobres. Em uma capitania destas confessei uma pobre mulher, das que vieram das Ilhas, a qual me disse com muitas lágrimas que, dos nove filhos que tivera, lhe morreram em três meses cinco filhos, de pura fome e desamparo; e, consolando-a eu pela morte de tantos filhos, respondeu-me: "Padre, não são esses os por que eu choro, senão pelos quatro que tenho vivos sem ter com que os sustentar, e peço a Deus todos os dias que me os leve também."

São lastimosas as misérias que passa esta pobre gente das Ilhas, porque, como não têm com que agradecer, se algum índio se reparte não lhe chega a eles, senão aos poderosos; e é este um desamparo a que V. M. por piedade deverá mandar acudir.

Tomando aos índios do Pará, dos quais, como dizia, se serve quem ali governa como se foram seus escravos, e os traz quase todos ocupados em seus interesses, principalmente no dos tabacos, obriga-me a consciência a manifestar a V. M. os grandes pecados que por ocasião deste serviço se cometem.

(Sérgio Rodrigues (org.). *Cartas brasileiras*, 2017. Adaptado.)

¹ V. M.: Vossa Majestade.

Sempre que haja necessidade expressiva de reforço, de ênfase, pode o objeto direto vir repetido. Essa reiteração recebe o nome de objeto direto pleonástico.

(Adriano da Gama Kury. *Novas lições de análise sintática*, 1997. Adaptado.)

Antônio Vieira recorre a esse recurso expressivo em:

- (A) “Sendo propostos a Catão dois cidadãos romanos para o provimento de duas praças, respondeu que ambos lhe descontentavam” (3º parágrafo)
- (B) “e, consolando-a eu pela morte de tantos filhos, respondeu-me” (4º parágrafo)
- (C) “e desta terra há-de tirar Inácio do Rego mais de 100 mil cruzados em três anos, segundo se lhe vão logrando bem as indústrias” (3º parágrafo)
- (D) “São lastimosas as misérias que passa esta pobre gente das Ilhas” (5º parágrafo)
- (E) “Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos” (2º parágrafo)

RESPOSTA

Alternativa E

O uso do objeto direto pleonástico dá ênfase, reforçando as ideias presentes no texto. Nesse sentido, observamos seu uso na alternativa E, uma vez que o objeto direto “razões políticas” é reiterado pelo pronome oblíquo as nos trechos “nunca as soube” e “hoje as sei muito menos”.